

## Os Grupos Escolares em Niterói: a implantação da instrução pública primária na capital do Estado do Rio de Janeiro

School Groups in Niterói: the implementation of primary public instruction in the capital of the State of Rio de Janeiro

Andréia Mello Lacé<sup>1</sup>  
Rosa Fátima de Souza Chaloba<sup>2</sup>

1

**Resumo:** A pesquisa teve como objetivo investigar a implantação dos grupos escolares na cidade de Niterói, nos anos de 1891 a 1918. O interesse pelo tema se justificou de um lado pelas memórias familiares e de outro pela ausência de pesquisas que tratam do tema. Enquanto o recorte espacial se justificou devido às transformações que ocorrem no Brasil, especialmente a mudança de regime político de Império para a República. A instrução primária gratuita, nessa transição, se erige como ideal republicano. Para a elaboração da pesquisa foram realizados estudos em fontes primárias e secundárias, apesar das dificuldades para se localizar as primeiras fontes. Souza (1988; 2006; 2008; 2014), Rizzini e Shueler (2014), Schueler (2010), Rodrigues (2014), Souza e Villela (1997) e Saviani (2008; 2014) foram os principais referenciais teóricos do estudo. Os resultados evidenciaram que Niterói implementou grupos escolares em momentos e com concepções diferenciadas. Os primeiros grupos escolares foram implementados por volta de 1902, com construções monumentais para atender a elite. De 1914 a 1918, novos grupos escolares foram implementados, com construções mais simples e para atender a educação popular. A partir da regulamentação da Lei Orgânica da Educação Primária de 1946, a implementação dos grupos escolares primários e estatais, em Niterói, se expandiram.

**Palavras-chave:** Grupo Escolar. Instrução Primária. Niterói. República.

**Abstract:** The research aimed to investigate the implementation of school groups in the city of Niterói, in the years 1891 to 1918. The interest in the topic was justified on the one hand by family memories and on the other by the lack of research that dealt with the topic. While the spatial focus was justified due to the transformations occurring in Brazil, especially the change of political regime from Empire to Republic. Free primary education, in this transition, emerges

<sup>1</sup> Profa. Dra. Andréia Mello Lacé, Profa. Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3549-2696>. E-mail: [amlace@unb.br](mailto:amlace@unb.br)

<sup>2</sup> Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba, profa. Titular de História da Educação da Universidade Estadual Paulista – Unesp. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3905-7317>. E-mail: [rosa.souza@unesp.br](mailto:rosa.souza@unesp.br)

Recebido em 01/06/2025

Aprovado em: 03/09/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



as a republican ideal. To prepare the research, research was carried out in primary and secondary sources, despite the difficulties in locating the first sources. Souza (1988, 2006, 2008, 2014), Rizzini and Shueler (2014), Schueler (2010), Rodrigues (2014), Souza and Villela (1997) and Saviani (2008, 2014) were the main theoretical references of the study. The results showed that Niterói implemented school groups at different times and with different concepts. The first school groups were implemented around 1902, with monumental buildings to serve the elite. From 1914 to 1918, new school groups were implemented, with simpler buildings and to serve popular education. Following the regulation of the 1946 Organic Law on Primary Education, the implementation of primary and state school groups in Niterói expanded.

Keywords: School Group. Primary Education. Niterói. Republic.

## 1 Introdução

Os grupos escolares e o início da escola primária graduada nas diferentes entidades federativas do Brasil demarcam um tempo de paulatina ampliação pelo direito à educação no país e emergem, como demonstra Souza (1998), por dentro do projeto político republicano e do ideário da educação popular. O Estado de São Paulo foi um dos pioneiros na construção de grupos escolares. Ou seja, na edificação de espaços próprios e públicos, graduados, com diferentes classes, diretor escolar e professores dedicados à atividade educacional primária. A implementação de grupos escolares primários teve temporalidades diferentes nos estados do país. Todavia, a experiência paulista inspirou outras entidades federativas a criarem grupos escolares dedicados à educação pública primária.

Os estudos sobre os grupos escolares no Estado de São Paulo estão mais consolidados se comparados com os do Estado do Rio de Janeiro. Em São Paulo, existem resultados de pesquisa nos estudos de Gallego (2008), Souza (1988; 2006; 2008; 2014), Moraes (2014), Oriani (2018), dentre outras investigações. Na antiga capital federal, as pesquisas são escassas, mas existem alguns faróis como os estudos de Hora (2006). Outras pesquisas mais sólidas tratam da instrução primária no Rio de Janeiro e tocam de forma mais célere nos grupos escolares, como a investigação de Rizzini e Schueler (2014), Faria Filho e Vidal (2000) e Schueler (2010). Por meio das Teses, foram encontradas produções mais intensas sobre instrução primária no Rio de Janeiro, como os estudos de Rodrigues (2014).

Todavia, o objetivo desta pesquisa foi investigar a implantação dos grupos escolares na cidade de Niterói – antiga capital do Rio de Janeiro – nos anos de 1891 a 1918. Nas bases de dados, como no Google Acadêmico e na Scientific Electronic Library (SciELO), nos Anais dos 11 Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHE) da Sociedade Brasileira de História da Educação, nos 40 Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (Anped), os Anais das décima segunda e décima quarta Reuniões Regionais da

Anped Sudeste não estão disponíveis nos respectivos links da página da Anped; não foram localizadas investigações que tratavam dos grupos escolares em Niterói.

Ampliou-se então o escopo da pesquisa para os eventos promovidos pelo História, Sociedade e Educação no Brasil (Histedbr), seja nos Anais dos Seminários Nacionais, seja nos Anais das Jornadas do Histedbr. No X Seminário Nacional do Histedbr, foi localizada a pesquisa de Santos (2016) que trata da criação dos grupos escolares no Município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, na década de 1960. Esse estudo é resultado da pesquisa de Mestrado em Educação realizada na Faculdade de Formação de Professores do Estado do Rio de Janeiro FEP/UERJ. Não obstante, não foram localizadas investigações que trataram dos grupos escolares em Niterói no início da República brasileira. O recorte espacial desta pesquisa se justifica, portanto, pela originalidade do tema no campo científico, mas particularmente na história da educação fluminense, cujos resultados se espera que possam contribuir para pesquisas futuras; bem como para lançar olhares sobre as instituições primárias na cidade de Niterói nos anos de 1891-1918.

Outrossim, se justifica pela história de vida da autora e de seus familiares, todos nascidos e escolarizados na cidade de Niterói. Esta pesquisa é um reencontro com fragmentos da história pessoal e da ancestralidade da pesquisadora. Diferentemente de Hora (2006), a autora entrou em contato desde a infância com lembranças de familiares escolarizados em grupos escolares rurais e mistos – meninos e meninas estudavam juntos –, denominados Grupo Escolar Professor Lapage e Grupo Escolar Athaide Parreiras. Os grupos escolares eram localizados em Piratininga e Itaipu respectivamente, atual Região Oceânica de Niterói. Entre as memórias sempre viam à tona: os professores e estudantes uniformizados, a forma dos estudantes no início das aulas para cantar o hino nacional, as salas seriadas e mistas, todavia os meninos se sentavam em fileiras no lado esquerdo e as meninas na fileira no lado direito da sala. As mesas e as cadeiras eram de madeira e os estudantes se sentavam de dois a dois em cada fila<sup>3</sup>. As memórias construídas se cruzaram com o anseio de investigar a implementação de grupos escolares primários na cidade de Niterói, no início da República (1891-1918).

O recorte temporal definido se fundamenta pelas transformações históricas vivenciadas no país, notadamente a mudança de regime político. O Brasil deixou de ser Império e passou a ser República. A coisa pública, como ensina Carvalho (2019), o governo do povo se concretizou

<sup>3</sup> Agradeço a minha mãe, Marly Rosa Mello, pelos constantes relatos e pelas memórias compartilhadas de forma afetuosa e amorosa. As minhas tias: Dilma Rosa de Mello, Dione Mello dos Santos e Sara Rosa Mello de Souza pelas partilhas sobre a escolarização pública quando eram estudantes nos grupos escolares em Niterói.

em meio às contradições de diferentes matizes. Uma delas se refere à participação popular na mudança de regime. Nas palavras de Carvalho (2019, p. 152-153):

Os acontecimentos políticos eram representações em que o povo comum aparecia como espectador ou, no máximo, como figurante. Ele se relacionava com o governo pela indiferença aos mecanismos de participação, seja pelo pragmatismo na busca de empregos e favores, seja, enfim, pela reação violenta quando se julgava atingido em direitos e valores por ele considerados extravasantes da competência do poder. [...].

Diferentemente de Aristide Lobo, para Carvalho (2019), o povo estava longe de ser bestializado na proclamação e na República, estava mais para bilontra, pois, afastada da República, da vida política e cultural, a classe trabalhadora mantinha uma visão irônica e distante do poder. Afinal, a classe trabalhadora no Brasil estava longe dos padrões europeus, seja pelo comportamento político, cultural, pela forma de se expressar, pela fisionomia e pela ausência de escolarização.

Os dados estatísticos de 1906 mostram o analfabetismo elevado na Capital Federal e nos subúrbios cariocas. O Recenseamento mostra que no ano 1872, 63,8% do total da população fluminense era analfabeta e no ano de 1906, 40% da população não sabia ler. Esse percentual é o que consta no Censo, todavia há ressalvas entre o número de pessoas recenseadas, de modo que esse percentual de pessoas analfabetas, no Rio de Janeiro, podia ser bem maior do que os 40%. (Brasil, 1906).

No tempo presente, passados 117 anos, a erradicação do analfabetismo ainda é uma questão a ser resolvida no país. Em 2023, o percentual de pessoas que não sabiam ler, no Brasil, considerando jovens e adultos, está em 13%. No Rio de Janeiro, o percentual caiu um pouco mais e gira em torno de 4,2 % (IBGE, 2022). O Plano Nacional de Educação para o decênio (2014-2024), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, previa como primeira diretriz a erradicação do analfabetismo. O PNE de 2014 está próximo do vencimento e não cumpriu essa diretriz. Certamente, haverá prorrogação por mais dez anos para o país se esforçar para zerar essa histórica dívida.

Outro ponto relevante em 1906 e evidenciado no Anuário de Estatística Demográfico-Sanitária se refere ao alto índice de mortalidade infantil. Para uma taxa de nascimento de 20.223, havia 3.575 óbitos de crianças de 0 a 5 anos. Ou seja, 15% das crianças morriam no Rio de Janeiro por causas como diarreia e enterite. O Anuário aponta ainda a pobreza dos pais, a ilegitimidade e a falta de assistência médica para o elevado número de mortandade infantil. (Brasil, 1906).

Esse é o contexto mais geral em que se insere a problemática desta pesquisa que, transposta para a forma de pergunta, pode ser assim escrita: a cidade de Niterói, capital do Rio

de Janeiro, implantou grupos escolares no período de 1891-1918? O objetivo da pesquisa portanto foi investigar se a cidade de Niterói, capital do Rio de Janeiro, implantou grupos escolares no período de 1891-1918.

## 2 Procedimentos Metodológicos

Para alcançar o objetivo deste estudo, a investigação foi realizada, sobretudo, em fontes primárias, mas também em fontes secundárias. O percurso da pesquisa foi longo e envolveu um conjunto de instituições de Niterói e do Rio de Janeiro. A saber: biblioteca da Universidade Federal Fluminense, biblioteca parque de Niterói, biblioteca da Academia Niteroiense de Letras, Arquivo da Câmara Municipal de Niterói<sup>4</sup>, sede do Jornal Fluminense, Regional da Secretaria de Estado de Educação em Niterói, Hemeroteca da Biblioteca Nacional, especialmente o *Jornal Fluminense*, nas décadas de 1890-1899, 1900-1909, 1910-1919, 1920, 1929, 1930-1939, 1940-1949, 1950-1959.<sup>5</sup> Pesquisas foram realizadas ainda na Fundação Municipal de Educação (FME), na Secretaria Municipal de Educação (SME), na Biblioteca Parque de Niterói, na Biblioteca Municipal Cora Coralina no Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (Iepic)<sup>6</sup>, no Colégio Estadual Raul Vidal<sup>7</sup>, no Colégio Estadual Joaquim Távora, no Colégio Estadual Guilherme Briggs<sup>8</sup>, no Colégio Estadual Alcina Rodrigues Lima<sup>9</sup>, no Colégio Cenecista Athaíde Parreiras e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro<sup>10</sup>.

<sup>4</sup> Faço aqui dois agradecimentos especiais: ao Valter Rodrigues pelo apoio incondicional na pesquisa e pelos contatos realizados em instituições públicas de Niterói para desbravar os caminhos da investigação; e ao responsável pelo Arquivo “Divaldo Aguiar Lopes”, na Câmara Municipal de Niterói, Rubens Carrilho Fernandes, seu olhar atento e disposição para ajudar foram indispensáveis para os rumos desse estudo. O Arquivo da Câmara Municipal de Niterói, além de documentos históricos do século XIX referentes à cidade de Niterói, tem os Anais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, das décadas de 1940 e 1950. O site da Câmara Municipal de Niterói é: <https://www.camaraniteroi.rj.gov.br/site/camara/documentos-historicos/>

<sup>5</sup> O site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro Pesquisado foi: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

<sup>6</sup> Agradeço especialmente à diretora escolar do Iepic, Professora Elizabeth, mais conhecida como Beth. Atendeu-me com muita consideração. Foi um reencontro com a escola em que finalizei o Curso Normal, no ano de 1993.

<sup>7</sup> No Colégio Raul Vida, fui bem recebida pela Profa. Eloisa Elena e pela bibliotecária recém-empossada no cargo. Meus agradecimentos a cada uma delas pela disponibilidade, atenção e a ajuda durante a pesquisa. A escola disponibilizou gentilmente seu acervo e sua cultura material da época em que a escola ainda era Grupo Escolar. Dos colégios pesquisados, o Raul Vidal é a única escola de Niterói que guarda memórias, objetos e registros da época em que era Grupo Escolar. O colégio Joaquim Távora infelizmente não tinha nenhum registro para mostrar à pesquisadora. Na época em que era Grupo Escolar, o Joaquim Távora teve uma importância fundamental na escolarização das crianças niteroienses.

<sup>8</sup> A diretora escolar me recebeu com muita atenção e carinho. Agradeço-a também pelo acolhimento. A ida ao colégio foi também um reencontro com o início da minha escolarização no ensino médio. Cursei um ano do ensino médio no Colégio Estadual Guilherme Briggs.

<sup>9</sup> Meu agradecimento especial à Profa. Rosana Maia pela atenção e por me levar até o Mural Histórico do Colégio Alcina Rodrigues Lima.

<sup>10</sup> O Acervo dos Fundos do Departamento de Educação (DE) e da Presidência do Estado (PE) não estavam disponíveis presencialmente para a pesquisadora devido as obras pelas quais o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro estava passando. A bibliotecária me informou que esses arquivos não estão digitalizados e nem disponíveis para a

Os caminhos da pesquisa ofereceram, não sem dificuldades, pistas, indícios, como afirma Guizburg (1989), para reconstruir fragmentos de uma história ainda não contada: a implementação dos grupos escolares, em Niterói. Antes de apresentar os resultados e os caminhos sinuosos da reconstrução do tema que nos propomos, no próximo item veremos a educação pública em fins do século XIX e início do século XX, mais especificamente, na capital federal.

### 3 A Instrução primária pública em fins do século XIX e nos primeiros decênios da República

6

Em meados e no final do Império brasileiro, nomes como Luiz Gama (1830-1882), advogado, jornalista, orador e patrono da Abolição da Escravidão no Brasil, já defendiam a instrução primária para todos e todas no mesmo momento em que defendiam a liberdade dos escravizados.

Em um dos seus artigos de 1868, Gama, em tom de alerta para as autoridades do país, afirmava que o “ensino primário é pedra angular do grande edifício da moral social” (2021, p. 177) e deveria ser entregue exclusivamente à ação popular. Além disso, deveria ser leiga, por isso sem a intromissão religiosa e descentralizada. Gama (2021) acreditava que a instrução primária sendo de responsabilidade do município alavancaria benefícios para a população que precisava ser instruída.

Em suas palavras, “para que a ensino primário seja uma realidade no Brasil, é necessário apagar-se um borrão indelével que entre muitos outros, avulta nas páginas da Carta Constitucional. É o artigo 5º dessa lei jesuítica” (Gama, 2021, p. 180). A crítica do autor nesse fragmento se direciona à religião católica alçada à religião oficial do Império brasileiro, na Constituição de 1824. A luta de Gama se configurava por uma educação primária para todos e todas, pública, leiga e descentralizada. Não obstante, o que permaneceu no Império foram reformas educacionais descontínuas.

As duas reformas educacionais do Império, o Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovou o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte; e o Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que reformou o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, conhecidas respectivamente

---

pesquisa. Palavras da bibliotecária, [...] “a consulta a documentação não digitalizada continue temporariamente suspensa para a reorganização dos acervos que equivalem a 38 vezes a extensão do campo do Estádio Maracanã”. Todavia, foi recebido por e-mail um instrumento preliminar do Fundo do Departamento de Educação, em formato de Excel, que me auxiliou na localização de escolas isoladas e grupos escolares em Niterói.

como reformas de Couto Ferraz<sup>10</sup> e Leôncio de Carvalho<sup>11</sup>, e estabeleceram, ainda que de forma oscilante, gradual política educacional.

A reforma Couto Ferraz se implementou por meio de um extenso decreto, com cinco capítulos e 135 artigos, regulamentou desde a inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares da instrução primária e secundária – dedicou 11 artigos do decreto à essa temática; a instrução pública primária, passando pelas condições para o magistério público, pelos professores adjuntos, pela instrução pública secundária, pelo ensino particular primário e secundário e, finalmente, pela falta de professores e diretores de estabelecimento público e privado: as penas que ficaram sujeitos e o processo disciplinar.

Saviani (2008), ao analisar o decreto que instituiu a reforma Couto Ferraz, destaca entre outros elementos, a adoção do princípio da obrigatoriedade do ensino primário para todos os cidadãos declarados na Constituição de 1824.

No Art. 69, o regulamento especifica quem não podia frequentar as escolas:

Art. 69. Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vaccinados.

§ 3º Os escravos.

A reforma Couto Ferraz legislava para homens brancos e livres excluindo textualmente as pessoas escravizadas. Ina Von Binzer (1994, p. 123), tutora alemã no Brasil, narra suas “alegrias e tristezas” por meio de cartas escritas a uma amiga que ficou em seu país de origem. Binzer (1994) descreve o cotidiano das classes abastadas, dos processos educativos da época e dos espaços ocupados pelas pessoas pretas na sociedade escravagista imperial, anos antes da abolição. Em uma das passagens, ela escreve:

[...] o tal mulatinho – aliás menino do abanador durante o almoço – era engraçadíssimo de se observar. A ação monótona de engraxar, executada de forma vagarosíssima, ia-lhe provocando uma irresistível sonolência, e a todo instante interrompia sua atividade recontando-se à parede com os olhos cerrados e a escova levantada no ar, até que a queda desse utensílio de engraxate, ou reanimador – então Ivo! – da dona da casa o reconduzisse ao seu adormecedor andamento.

A reforma Couto Ferraz, apesar de avanços retratava as contradições e os processos excludentes da sociedade imperial brasileira, especialmente aqueles referentes às pessoas pretas escravizadas. Por fim, outro aspecto destacado por Saviani (2008) e que aparece no regulamento é a categoria dos professores adjuntos. Em relação a esse aspecto, ocorreu a substituição da formação ocorrida na escola normal, o que Saviani (2008, p. 133) chama de “formação ocorrida na prática”. Couto Ferraz, quando presidente da Província do Rio de Janeiro, já havia fechado

a a Escola Norma de Niterói.<sup>11</sup> “Para ele as Escolas Normais eram muito onerosas, ineficientes quanto à qualidade da formação que ministravam e insignificantes em relação ao número de alunos formados” (Saviani, 2008, p. 132).

A reforma Leôncio de Carvalho regulamentada em 19 de abril de 1879, se consolida por meio de um Decreto, igualmente à reforma citada anteriormente. O texto é bastante extenso, apesar de conter apenas 29 artigos, pois é eivado de parágrafos e incisos. Um elemento dificultador da leitura e compreensão é que, diferentemente, do texto anterior, esse não é ordenador por títulos e nem por capítulos. O regulamento se inicia tratando da liberdade do ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império, destacando a obrigatoriedade, no município da Corte, para indivíduos de ambos os sexos, na idade de 7 a 14 anos, sem exclusão de classe, raça ou gênero. Estabeleceu ainda as disciplinas que deveriam constar nas escolas primárias na Corte. Inovou os regulamentos do Império para a educação ao trazer a fundação de jardins de infância para crianças de ambos os sexos, dos 3 aos 7 anos, além de ter estabelecido a criação de pequenas bibliotecas e museus escolares nos diferentes distritos e a criação de bibliotecas populares nas províncias. Previu ainda a criação de ensino primário para os adultos analfabetos, a criação de escolas normais, com suas disciplinas, nas províncias. E que cada escola normal deveria ter anexas escolas primárias modelos para os exercícios práticos do ensino. Martinez (1997) mostra, em sua pesquisa de mestrado, as ações do Estado Imperial e os diferentes matizes ideológicas presentes na defesa da escola pública primária na Corte, apresenta as especificidades das reformas mencionadas no parágrafo anterior e afirma:

[...] que no âmbito do ministério do Império, os debates e os projetos de reforma da instrução pública foram constantes e a importância da instrução popular foi insistentemente reafirmada – não sem resistências, percalços e contradições. O número de escolas públicas da cidade, criadas pelo governo central, sofreu um significativo crescimento entre 70 e 80 dos oitocentos (Martinez, 1997, p. 30-31).

Apesar de alguns avanços verificados no Decreto de Leôncio de Carvalho, citando os essenciais para essa pesquisa: a obrigatoriedade/gratuidade da instrução primária e a assunção do Estado para a garantia desse direito, esses ideais transpassaram o ideário republicano por longas décadas. Como afirma Saviani (2014, p. 26), “a reforma de Leôncio de Carvalho foi o último dispositivo engendrado pela política educacional do Império brasileiro”, mesmo

<sup>11</sup> O Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (Iepic), denominado assim desde 1965, foi a primeira escola normal do país, fundada em 1835 com o nome de Escola Normal.

tramitando outros projetos que não saíram do papel na Assembleia da Província do Rio de Janeiro.

A instrução primária foi delegada às províncias no Ato Adicional de 1834. O Brasil era um estado unitário, mas com a instrução primária descentralizada. As províncias com situação econômica mais favoráveis deliberaram e criaram instituições públicas para o desenvolvimento da instrução primária e formação de professores.

A Constituição republicana de 1891, a primeira Carta da República, instituiu a República Federativa – união perpetua e indissolúvel dos Estados (antigas províncias) –, delegou aos Estados competência para legislar e prover esse nível de ensino. Estabeleceu, dentre outros, que o Rio de Janeiro seria o Distrito Federal e a cidade de Niterói a capital do Estado. A descentralização da instrução primária permaneceu e, como afirma Saviani (2008, p. 171),

[...] o certo é que o novo regime não assumiu a instrução pública primária como uma responsabilidade do governo central” [...]. Assim foram os estados que tiveram de enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação de escolas primárias. O estado de São Paulo assumiu a dianteira desse processo dando início, já em 1890, a uma ampla reforma da instrução pública.

O pioneirismo paulista implicou, entre outras ações, na implementação dos grupos escolares que, segundo Souza (1998, p. 15), “ocorreu no interior do projeto republicano de educação popular”. A nova forma de se oferecer educação primária evidenciou um conjunto de inovações. Desde a arquitetônica até a forma de organizar a instrução primária. Os grupos escolares inauguraram a presença do diretor escolar, a escola graduada por série e idade, além de construírem uma identidade político-social com inserção e respeitabilidade na sociedade republicana.

Mas e o Rio de Janeiro teve reformas criando os grupos escolares? E a cidade de Niterói dispôs de grupos escolares para a instrução primária? A Lei Orgânica do Rio de Janeiro foi promulgada em 9 de abril de 1892 e previu em seu Art. 26 que competia à Assembleia Legislativa legislar sobre a instrução pública. Todavia, conforme nos mostra Carvalho (2019), o cenário político da Capital Federal era tensionado em razão política, social, econômica e cultural em virtude da mudança política e das ideias que já agitavam o final do Império. A população da Capital aumentou nos anos iniciais da República, a abolição da escravidão lançou, no mercado carioca, mão de obra livre, mas sem políticas públicas de absorção da população negra na sociedade, gerando um contingente de subempregados e desempregados. Soma-se a

isso a falta de moradias, sobretudo para a população pobre e preta que se avolumava no solo da capital federal.

“Os velhos problemas de abastecimento de água, saneamento, e higiene viram-se agravados de maneira dramática no início da República com o mais violento surto de epidemias da história da cidade” (Carvalho, 2019, p. 19). As epidemias de varíola e febre amarela somadas à malária e à tuberculose aumentaram consideravelmente a taxa de mortalidade na cidade.

Em termos de administração pública do executivo, a Lei Orgânica do Distrito Federal de 1892 previa a eleição de intendentess pelo voto popular, mas o prefeito, cargo recém-criado, seria de nomeação do Presidente da República com aprovação do Senado Federal. O Rio de Janeiro foi assim governado por interventores até o final da Primeira República Velha (Carvalho, 2019).

Foi nesse contexto conturbado que a política de educação primária, na Capital Federal, se desenhou. Schueler (2010) e Rodrigues (2014) localizam o processo de expansão pública primária no Rio de Janeiro, nos anos iniciais da República, e trazem em suas pesquisas regulações<sup>12</sup> da instrução pública no Rio de Janeiro, nos primeiros anos da República. Rodrigues (2014) aponta as transformações ocorridas sobretudo na instrução primária, partindo da Lei nº 41, de 21 de janeiro de 1893. Essa lei, entre outras determinações, prescrevia a compra de prédios escolares higiênicos e salubres e determinava ainda que cada distrito municipal deveria ter, ao menos, uma escola para cada sexo. Importa considerar que essa demanda da legislação era para organizar a escolarização que ainda acontecia por meio das escolas isoladas, cuja organização se dava em casa, na varanda privada ou em locais alugados – como por exemplo sobrados das Câmaras Municipais –, que serviam de residência do professor e de sua família (Schueler, 2010). Nas escolas isoladas, os espaços dedicados à educação eram multisseriados e o professor era o responsável pela gestão, frequência dos estudantes e planejamento escolar.

Os professores salientavam a precariedade dos espaços para a recepção dos alunos. Próximas aos pântanos, com crianças tomando águas impuras, com materiais orgânicos suspensos em cacimbas ou diretamente aos pântanos, uma atmosfera que causava evidente perigo à saúde da população escolar (Schueler, 2010, p. 540).

No Rio de Janeiro, os primeiros grupos escolares foram implementados em 1897. Rodrigues (2014) afirma que os grupos escolares fluminenses foram criados pelo Decreto nº 591, em 8 de fevereiro de 1900. Entre 1900 e 1902, foram implementados dois grupos escolares

<sup>12</sup> Essas fontes primárias não foram localizadas on-line.

na cidade de Niterói: o grupo escolar Menezes Vieira<sup>13</sup> e o Grupo Escolar Barão de Macahubas<sup>14</sup>. Os dois Grupos escolares eram prédios amplos e monumentais e se localizavam em pontos de referência no centro da cidade de Niterói. O primeiro ficava no bairro de São Domingos, antigo palacete e sede do Executivo Estadual, e o segundo na Rua Coronel Gomes Machado, no centro de Niterói.

Figura 1 – Antigo Palacete do Ingá – onde funcionou o G.E. Menezes Viana



Fonte: Cultura Niterói, 2023

Figura 2 – Prédio do G.E Barão de Macahubas, da Escola Normal e da Escola Modelo, entre 1900-1902



Fonte: Rodrigues (2014, p. 92).

<sup>13</sup> Ex-diretor da Revista Pedagógica e do Pedagogium. Cf. Rodrigues (2014).

<sup>14</sup> O Barão de Macahubas foi o educador baiano Abílio Cesar Borges, ex-diretor da instrução pública na Bahia.

Figura 3 – Frente do prédio do G.E Barão de Macahubas, da Escola Normal e da Escola Modelo, entre 1900-1902



Fonte: Rodrigues, 2014, p. 93.

Essas escolas graduadas e com arquiteturas imponentes fundamentavam-se na

[...] classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a construção de classes. Pressupunham, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular [...]. A introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. [...] Em cada sala de aula uma classe referente a uma série (Souza, 2014, p. 106).

Os grupos escolares inauguraram também a presença do diretor escolar. E em Niterói, os dois grupos escolares mencionados eram geridos pela figura masculina. O acesso à função se consolidava por meio da indicação política. A prevalência de mulheres no cargo de diretora de Grupo Escolar em Niterói se materializa a partir dos anos de 1940.

Conforme Rodrigues (2014), essa experiência de escolarização em grupos escolares grandiosos teve vida efêmera na região fluminense do Estado do Rio de Janeiro. Os grupos escolares atendiam a classe mais abastada nesse período. Vejamos os números de matrículas em cada um dos grupos escolares fluminenses.

Tabela 1 – Matrículas e frequência nos grupos escolares fluminenses – 1901

Município	Grupo Escolar	Matrícula	Frequência	% freq.
Barra Mansa	Honorato de Carvalho	267	160	60%
Campos	Barão de Tautpœus	242	125	52%
Niterói	Menezes Vieira	260	147	57%
	Barão de Macahubas	311	168	54%
Petrópolis	Silva Jardim	253	160	63%
Resende	Hilario Ribeiro	395	200	51%
Valença	Alonso Adjuto	s/inf.	s/inf.	s/inf.
TOTAL		1.728	960	56%

Fonte: Rodrigues (2014, p. 102).

A frequência dos estudantes, nos grupos escolares, em Niterói era um pouco mais de 50%. O mesmo se verifica em outras cidades, à exceção de Barra Mansa e Petrópolis, com frequência de 60% a 63%. Saviani (2008) afirma que no fundo eram escolas para a formação das elites. Muitas dessas críticas a esse modelo de instrução pública circulavam amplamente nos jornais da época, incluindo o *Jornal Fluminense*. A organização da educação primária nos primeiros grupos escolares de Niterói se afastava dos anseios de uma educação popular. Segundo Rodrigues (2014), a existência dos grupos escolares no Rio de Janeiro foi efêmera e sua extinção coincidiu com a expansão dos grupos escolares em São Paulo.

Nas palavras do referido autor, “os edifícios que abrigavam os grupos escolares em Niterói deram lugar às repartições públicas” (Rodrigues, 2014, p. 106). A extinção desses grupos escolares no Rio de Janeiro e, especialmente, na cidade de Niterói significou o fim desse tipo de escola primária? Ou os grupos escolares foram metamorfoseados numa nova configuração de instrução primária menos elitizada?

### 3.1 Niterói: Ziguezague da pesquisa

A cidade de Niterói foi fundada 73 anos após os Portugueses chegaram na terra Brasilis, mais especificamente, em 1573. A cidade passou por períodos históricos diversos, acompanhando a história nacional. O Ato Adicional de 1834 elevou Niterói à capital da província do Rio de Janeiro, se constituindo como sede da Assembleia Legislativa. A Constituição republicana de 1891 designou Niterói novamente como capital do Estado do Rio

Janeiro, o que se concretizou somente em 1903<sup>15</sup> e o status de capital foi mantido até o ano de 1975<sup>16</sup>. Nessas idas e vindas, Niterói passou por desenvolvimento econômico, político, social e geográfico. A cidade foi referência imperial e republicana por sua proximidade com a capital federal. O que separa as duas cidades é a baía de Guanabara.

A cidade teve nomes variados ao longo do tempo: São Lourenço dos Índios, Vila Real da Praia Grande, Nictheroi e Niterói. Sobre a etimologia da palavra Niterói, em Tupi-Guarani significa “água escondida”. O nome indígena à cidade pode ser explicado devido à presença de manguezais na região e nascentes escondidas que, muitas delas, ainda existem até hoje. No dia 22 de novembro de 2023, Niterói completará 450 anos.

É para essa cidade fluminense que nosso olhar se volta, especialmente nos anos iniciais da República brasileira, num esforço de analisar a implantação dos grupos escolares estaduais dedicados à educação primária. Enfrentaram-se situações semelhantes às enfrentadas por Alves e Villela (1997), apesar do recorte temporal que separa os estudos. As autoras escreveram:

[...] A riqueza potencial das pesquisas em história da educação, em Niterói, vincula-se, estreitamente, às suas próprias dificuldades. Explicando: este é um campo quase inexplorado pelos historiadores, portanto, propício ao aparecimento de novos estudos, originais desde o nascedouro pela falta de produção sobre a temática. Do outro lado, a lacuna é sinal das próprias dificuldades, ou seja, quase não existe uma memória organizada dessa história. A maior dificuldade refere-se à existência de fontes [...] (Alves; Villela, 1997, p. 186).

Acrescentaremos dificuldades relacionadas à guarda da memória no município de Niterói e conseqüentemente no estado do Rio de Janeiro. Foram constatadas ausências significativas no que tange à história da cidade e, particularmente, à história da educação nas instituições públicas de Niterói. Ausências de registros, obras de referências, fontes primárias, mas, ainda assim, identificamos a presença da história oral, narrada por pessoas de mais idades em algumas das instituições visitadas.

<sup>15</sup> Com interrupção entre os anos de 1894 e 1903. Nesse período, a capital foi transferida para Petrópolis.

<sup>16</sup> Na ditadura civil-militar, Niterói deixa de ser capital do Estado do Rio de Janeiro com a fusão da cidade-estado de Guanabara e do Rio de Janeiro. A Capital passou a ser a cidade que leva o mesmo nome do Estado. O Estado da Guanabara foi criado com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, em 21 de abril de 1960. A partir daí a cidade do Estado que levava o nome de Rio de Janeiro passou a se constituir numa cidade-estado chamada Guanabara. O Estado da Guanabara teve 15 anos de duração.

As lacunas são proeminentes e fizeram com que as pesquisadoras, assim como Alves e Villela (1997, p. 187), zigzagueassem pelos parcos dados colhidos “em movimentos transversos”.

Desse modo, foram identificados os nomes das instituições escolares, por meio das pesquisas no *Jornal Fluminense*, nos períodos descritos anteriormente, que deveríamos investigar em busca de fontes, registros e memórias do início da República. Infelizmente, em muitas escolas foram vivenciadas as mesmas dificuldades<sup>17</sup>. Algumas memórias pertencem aos professores mais antigos. Memórias retalhadas de um tempo sem registro.

Por outro lado, a vontade de encontrar pistas sobre o tempo de implantação dos grupos escolares na cidade de Niterói foi maior do que as dificuldades expostas. Felizmente, o Colégio Estadual Raul Vidal<sup>18</sup> guarda fragmentos da cultura material e fontes da época em que o Colégio era grupo escolar. Abriram-se, então, horizontes historiográficos para reconstruir um tempo eivado de esquecimentos.

O Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (Iepic)<sup>19</sup>, o Colégio Estadual Guilherme Briggs<sup>20</sup> e o Colégio Estadual Professora Alcina Rodrigues Lima<sup>21</sup> guardam memórias pulverizadas pelo tempo.

### 3.2 Niterói: Grupo Escolar Estadual. História que precisa se contada

A especificidade do território carioca e das experiências políticas, econômicas, sociais e culturais evidenciam rupturas e continuidades com o projeto reformador de educação primária durante os primeiros anos da República. Tanto que a extinção dos grupos escolares com arquitetura mais monumental foi célere no Rio de Janeiro e se concretizou devido aos anseios políticos e as reivindicações sociais.

<sup>17</sup> O Iepic, a primeira escola normal do país, tinha uma “Sala de Memórias” que foi organizada pelos projetos coordenados pela professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), Arlete Medeiros Gasparello. Um agradecimento especial a Rosana Maia pela partilha dessa informação. A “Sala de Memórias” foi chamada de “Sala de Entulhos”. Com bastante agrura ouvimos essa expressão. Importa muito para a sociedade brasileira políticas públicas federais, estaduais e municipais de preservação do patrimônio público. As memórias não podem ser de responsabilidade individual.

<sup>18</sup> Colégio Estadual localizado à Rua Dr. Fróes da Cruz, Centro, Niterói.

<sup>19</sup> Localizado na Tv. Manoel Continentino, nº 32, São Domingos, Niterói.

<sup>20</sup> Localizado à Rua Dr. Mario Vianna, nº 625, Santa Rosa, Niterói.

<sup>21</sup> Localizado à Estrada Francisco da Cruz Nunes, nº 0, Itaipu, Niterói.

Todavia, a partir de 1911, no governo de marechal Hermes da Fonseca (1910-1914) e Venceslau Braz (1914-1918), considerando o cenário de tensionamentos nacionais e internacionais, incluindo a primeira guerra mundial (1914-1918), a educação primária passou por um conjunto de reformas, cujos nomes foram de seus propositores: reforma Rivadávia Correia (1911)<sup>22</sup> e de Carlos Maximiliano (1915)<sup>23</sup>. O primeiro ficou conhecido na historiografia da educação brasileira como sendo o responsável por desoficializar a educação, desresponsabilizando o Estado de ofertar a educação em todos os seus níveis, incluindo a educação primária. Enquanto o segundo, dentre outras, reoficializou o ensino, reestabelecendo a responsabilidade do Estado na garantia da educação.

Foi nesse contexto que o grupo escolar Guilherme Briggs foi fundado, em Niterói, por meio do Decreto nº 1.361, em 09 de março de 1914<sup>24</sup>, para oferecer o ensino primário. Na memória oral dos professores mais antigos da escola, o grupo escolar funcionava inicialmente na construção retratada na Figura 4 e recebia crianças de diferentes classes sociais.

Figura 4 – Antigo grupo escolar Guilherme Briggs, em Niterói

<sup>22</sup> Rivadávia Correia instaurou em sua reforma a Lei orgânica do Ensino Superior e Fundamental, por meio do Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 27 out. 2023.

<sup>23</sup> A reforma de Carlos Maximiliano reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Decreto nº, 11.530, de 18 de março de 1915, está disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,com%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20deste%20decreto](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,com%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20deste%20decreto.). Acesso em: 27 out. 2023.

<sup>24</sup> Informações contidas em documento elaborado pela Escola Guilherme Briggs. Mimeo. Consultado na escola em setembro de 2023.



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Foto 5 – Outro ângulo do antigo Grupo Escolar Guilherme Briggs



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

No ano de 1942, o referido grupo escolar passou por uma reforma, ocupando um prédio semelhante ao da Figura 5, na parte de trás da escola, e traz em uma de suas paredes uma placa retratando essa memória.

Figura 6 – Colégio Estadual Guilherme Briggs



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Figura 7 – Placa sobre a construção de novo prédio para o Grupo Escolar Guilherme Briggs

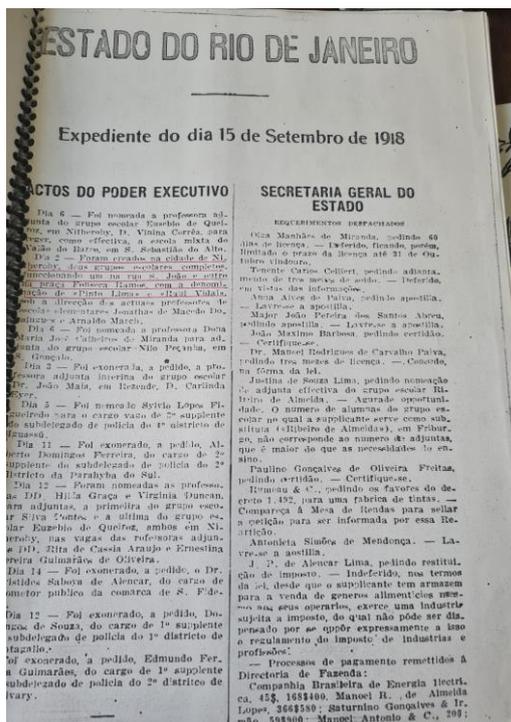


Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Observa-se que, no primeiro decênio do século XX e nos decênios seguintes, a monumentalidade dos grupos escolares em Niterói vai dando lugar para construções mais simples e muito semelhantes entre si. Os prédios dos grupos escolares implementados nessa temporalidade seguem padrões parecidos.

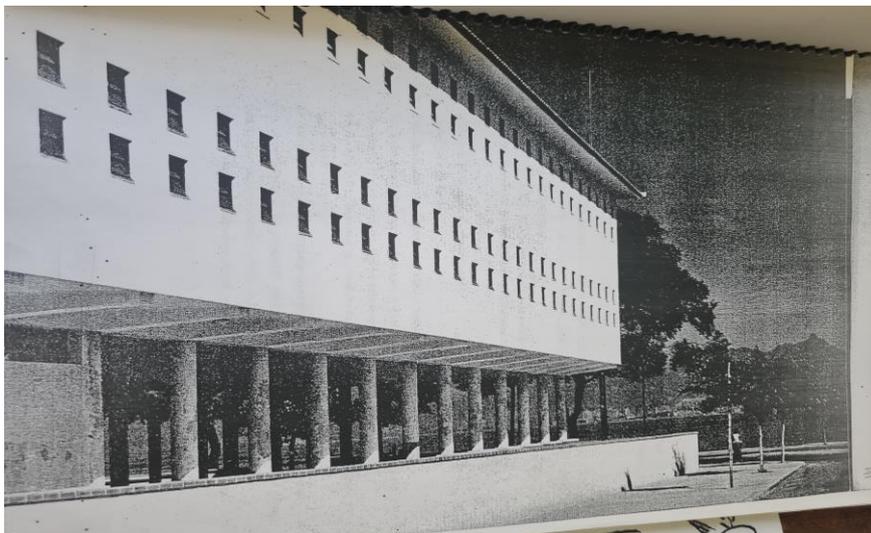
Vejamos o Grupo Escolar Raul Vidal e o Grupo Escolar Pinto Lima criados na mesma data, em 15 de setembro de 1918:

Figura 8 – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Mimeo. Colégio Estadual Raul Vida, 2017

Foto 9 – Grupo Escolar Raul Vidal



Fonte: Mimeo. Colégio Estadual Raul Vida, 2017

Na década de 1940, o grupo escolar Raul Vidal tinha a aparência conforme retrata a Figura 8. Constatou-se que, apesar de a Constituição Republicana de 1891 ter declarado a

laicidade do Estado e, conseqüentemente, a laicidade do ensino ministrado nas escolas públicas, os grupos escolares em Niterói promoviam a catequese das crianças. O embate entre ensino religioso e laico ganhará força na década seguinte com os escolanovistas. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, declarava que a educação era uma função essencialmente pública e que, portanto, o ambiente escolar deveria estar acima crenças e disputas religiosas. Todavia, a pressão católica se fez muito forte durante a República.

A Figura 10 retrata o que foi exposto anteriormente:

Foto 10 – Primeira Comunhão na Grupo Escolar Raul Vidal



Fonte: Arquivo do C.E. Raul Vidal (2023).

As cerimônias de Primeira Comunhão nos grupos escolares em Niterói ganhavam matérias no *Jornal Fluminense*. Nesse período, as diretoras escolares, em sua maioria, eram mulheres e indicadas politicamente. Elas, geralmente, apareciam no jornal da cidade noticiando feitos realizados pelos grupos escolares como exposição de trabalhos pedagógicos, reivindicação do oferecimento de sopas e uniformes para as crianças mais empobrecidas, apresentação do coral do grupo escolar, dentre outras notícias. Nesse tempo, a inserção política e social da diretora escolar na sociedade nos parece que tinha relevo.

O C.E Raul Vidal guarda em sua biblioteca memórias da cultura material da época em que era grupo escolar. A seguir, encontramos cadeiras de madeira e com estante para guardar os materiais dos estudantes, ao lado.

Figuras 11 e 12 – Cadeiras de madeira da época do Grupo Escolar Raul Vidal



Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Além disso, a escola guarda outros documentos da época, como: caderno de registro da biblioteca, jornal da época editado à mão, caderno de registro das reuniões de professores, ata do círculo de pais e professores, fotos e materiais pedagógicos.

Do grupo Escolar Pinto Lima foi localizada uma foto do coral da escola na década de 1960, no *Jornal Fluminense*.

Figura 13 – Coral do Grupo Escolar Pinto Lima



Fonte: *Jornal Fluminense*, 1967, edição 22868.

Ao longo das décadas seguintes para a instrução primária, na capital do Rio de Janeiro, os grupos escolares estaduais foram predominantes, tanto na área urbana quanto na área rural. A Lei Orgânica do Ensino Primário, Decreto nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946, definiu os estabelecimentos de ensino primário mantidos pelos poderes públicos. O Art. 28 do referido Decreto estabeleceu as seguintes denominações de ensino primário: escola isolada (E.I), escola

reunida (E.R), grupo escolar (G.E) e ensino supletivo (E.S). Entendeu-se como grupo escolar o estabelecimento que possuísse cinco ou mais turmas de alunos, e número igual ou superior de docentes (Brasil, 1946). A partir dessa regulamentação federação, o ensino primário dos 7 aos 12 anos se estabeleceu como gratuito, mas previu-se a organização de caixas escolares para auxiliar famílias mais empobrecidas dos estudantes.

A ampliação dos grupos escolares a partir desse período foram significativas e mantiveram a proposta de serem menos onerosos aos cofres públicos e, portanto, sem serem imponentes arquitetonicamente, em Niterói. O antigo Colégio Normal deixou de ter Escola Modelo e passou a ter como anexo o Grupo Escolar Getúlio Vargas. As normalistas realizam o estágio no grupo escolar anexo.

Além desse, podemos nomear alguns dos grupos escolares que seguem: grupo escolar Joaquim Távora, grupo escolar Hilário Ribeiro, Grupo Escolar Baltazar Bernardino, Grupo Escolar Conselheiro Macedo Soares, Grupo Escolar Alcina Rodrigues Lima, Grupo Escolar Professor Lapage e Grupo Escolar Athaíde Parreiras.

Os espaços dedicados à instrução primária em Niterói se metamorfosearam de “templos da civilização” para escolas que tendiam a receber estudantes da classe trabalhadora. Havia registros de estudantes filhos de empregadas domésticas, de porteiro, de motorista, de advogado, de médico e de professores. As diferentes classes que tinham acesso à escolarização pública frequentavam o mesmo espaço de formação.

Diferentemente de São Paulo e de outros Estados, a suntuosidade dos grupos escolares teve duração curta na região fluminense e, especialmente, em Niterói. As edificações dos primeiros grupos escolares ainda permanecem na cidade e seguem abrigando repartições públicas, enquanto os grupos escolares posteriores se transformaram em Colégios Estaduais e muitos deles, ainda hoje, estão em funcionamento.

A reivindicação de Luiz Gama, em meados do Império, seguiu e segue como horizonte político na República brasileira. Por menos elitizada que estivesse a educação pública primária, em Niterói, não era obrigatória e ainda estava restrita a uma parcela pequena da sociedade. A população preta e pobre seguiu, em sua maioria, excluída do acesso à educação primária pública, de responsabilidade do Estado, nesse tempo.

#### 4 Conclusões

A pesquisa se constituiu com o objetivo de investigar a implantação dos grupos escolares na cidade de Niterói, nos anos de 1891 a 1918. O estudo se constituiu transpassando o que chamamos de duas ausências. A primeira se espelhou na dificuldade para encontrar fontes primárias em Niterói. A ausência de política pública para a guarda da memória no Município e no Estado do Rio de Janeiro ainda causa maior demanda de tempo para o pesquisador localizar informações que deveriam estar disponíveis, inclusive online, para os estudiosos. O Patrimônio Público se construiu e constrói pelo zelo do poder público e da sociedade com a memória. A segunda se referiu a ausência de estudos científicos que trataram dos grupos escolares no Estado do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, na cidade de Niterói, na primeira República. Como disse Schueler (2010, p. 2): “a própria memória dos grupos escolares e das escolas primárias do período republicano ainda permanecem na penumbra”.

As ausências foram atravessadas pelo cotejamento do periódico niteroiense, o *Jornal Fluminense*, com os Anais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e como resultado pelas fontes primárias, localizadas nos Colégios Estaduais de Niterói, especialmente o Raul Vidal e o Guilherme Briggs. Somam-se ainda as memórias familiares das pesquisadoras que estudaram em grupos escolares niteroienses.

Nas idas e vindas das políticas republicanas que queriam civilizar os incautos e analfabetos, a organização administrativa em construção federativa tomou o rumo da descentralização. Com isso, a educação primária foi delegada aos Estados e sobreviveu constricta, em meio a práticas reformas da educação, descontínuas e pendulares, como afirma Saviani (2008).

O Império e a República, sobretudo nos anos iniciais, se desresponsabilizaram de oferecer a educação primária gratuita e obrigatória. A discussão da gratuidade e da obrigatoriedade da educação primária pública se fortaleceu no país a partir dos escolanovistas em fins da década de 1920 e na década de 1930. Contraditoriamente, o reconhecimento da educação primária e gratuita está consignada no Brasil desde a Constituição outorgada de 1824, todavia era assegurada para os cidadãos.

Ou seja, excluíram-se do direito a maioria da população brasileira imperial, preta e mestiça. Somente na Constituição de 1988, especialmente no Art. 205, que o direito à educação será plenamente reconhecido como direito de todos e dever do Estado e da família. Até chegarmos nesse tempo, o reconhecimento do direito à educação nas Constituições Federais teve movimento pendular também.

Nos primeiros anos da República, sendo Niterói capital do Estado do Rio de Janeiro, a instrução primária, por pouquíssimos anos, foi oferecida em grupos escolares monumentais e estava restrita à elite da cidade e do estado do RJ. A partir da reforma educacional de 1911, reconhecida com o nome do seu proponente, Rivadávia Correia, é que os grupos escolares no município de Niterói começam a ser implementados em espaços de arquitetura mais simples e com o objetivo de alfabetizar a população fluminense de 7 a 12 anos. Identificamos a implementação do grupo escolar Guilherme Briggs em 1914 e dos grupos escolares Raul Vidal e Pinto Lima, em 1918. O conceito de grupo escolar como “templos da civilização” foi metamorfoseado em espaços menos onerosos para o estado e para atender a educação popular em Niterói. A partir da aprovação da Lei Orgânica do Ensino Primário, de 1946, os grupos escolares foram regulamentados e sua implementação crescente em Niterói. O ideal republicano de educação primária para todos e das escolas como vitrines de suas convicções foi se reconfigurando ao longo do tempo e das condições financeiras dos estados de manterem as escolas públicas primárias.

As janelas científicas para o estudo da educação primária no período republicano, especialmente durante a República velha, nas cidades fluminenses e no próprio Estado do Rio de Janeiro, ainda se encontram abertas e com muitas histórias a serem contadas.

### Referências

ALVES, Cláudia Maria Costa; VILLELA, Heloísa. Niterói educação. In: MARTINS, Ismênia de Lima; KNAUSS, Paulo. **Cidade Múltipla**: temas da História de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**.

Brasília, DF: Presidência da República, [1824]. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 18 out. 2023

BRASIL. [Ato Adicional (1834)]. Faz alterações e adições à Constituição de 1824. Brasília, DF: Presidência da República, [1834]. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim16.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm). Acesso em: 19 out. 2023

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1891**.

Brasília, DF: Presidência da República, [1891]. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 19 out. 2023

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 abr. 2023

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854.** Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário secundário do Município da Corte. Brasília, DF: Presidência da República, [1854]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.247, de 19 de abril de 1879.** Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo Império. Brasília, DF: Presidência da República, [1879]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.659, de 5 de abril de 1911.** Aprova a lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República. Brasília: Presidência da República, [1911]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 11.530, de 18 de março de 1915.** Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Brasília, DF: Presidência da República, [1915]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,com%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20deste%20decreto>. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Brasília, DF: Presidência da República, [1946]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BINZER, Ina Von. **Meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemão no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. *In:* LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CURY, Jamil. A Educação como Desafio na Ordem Jurídica. *In:* LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DIRETORIA GERAL DE SAÚDE PÚBLICA. **Anuário de estatística demográfico-sanitária**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diane Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, maio/jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxvFpJQ97LDYVJxkXybbD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FONSECA, Sônia Maria; MEINARDI, Ana Paula S. A Administração Escolar no Brasil Colônia. In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe. **História da Administração Escolar no Brasil**. Campinas: Editora Línea, 2012.

FLUMINENSE, Jornal. Niterói: anos pesquisados [1910-1919, 1920-1929, 1939-1939, 1940-1949, 1950-1959]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 10 de agosto a 31 de outubro de 2023.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas públicas primárias em São Paulo (1846-1890)**: heranças e negociações. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GAMA, Luiz. **Democracia (1866-1869)**. São Paulo: Hedra, 2021.

GUIZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HORA, Dayse Martins. Grupos escolares no Distrito Federal do Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL E ESTUDOS E PESQUISAS, 7., 2006, Campinas. **20 anos de Histedbr: navegando pela história da educação Brasileira**. Campinas: Unicamp, 2006. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/D/Da\\_yse%20martins%20hora.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/D/Da_yse%20martins%20hora.pdf). Acesso em: 20 out. 2023.

LICE, Dora. **O calvário e uma professora**. São Paulo: Estabelecimento Graphico Irmãos Ferraz, 1928.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARTINEZ, Alessandra Frota. **Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial – 1870 a 1899**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 188–204, ago. 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf). Acesso em: 13 abr. 2022.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ensino primário tipicamente rural no estado de São Paulo**: granjas escolares, grupos escolares rurais e escolas típicas rurais (1933-1968). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

PENTEADO, Ana Elisa de Arruda; NETO, Luis Bezerra. As Reformas Educacionais na Primeira República (1889-1930). In: ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe. **História da Administração Escolar no Brasil**. Campinas: Editora Línea, 2012.

ORIANI, Angélica Pall. Entre limites geográficos e pedagógicos: organização do trabalho escolar nas escolas isoladas e nos grupos escolares (São Paulo, 1892-1950). **Educ. Form., [S. l.]**, v. 3, n. 7, p. 104–123, 2018. DOI: 10.25053/redufor.v3i7.174. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/174>. Acesso em: 29 out. 2023.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. O ensino elementar no Decreto de Leônicio de Carvalho: “Visão de mundo” herdada pelo tempo republicano? **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, jan./abr., 2010.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (Reub). **Recenseamento do Rio de Janeiro, Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1906.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. Escola Primária no Estado do Rio de Janeiro: expansão e transformação (1930-1954). **Revista de Educação Pública**, v. 23, n. 54, p. 877-896, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/835>. Acesso em: 16 abr. 2022.

RODRIGUES, Rodrigo Rosselini Julio. **Formando os cidadãos fluminenses**: República e escola primária no município de Campos – RJ (1893- 1931). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Karyane Alves dos. A Criação dos Grupos Escolares no Município de São Gonçalo, na Década de 60 – Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 10., 2016, Campinas. **30 anos do HISTEDBR (1986-2016)**: Contribuições para a História e Historiografia da Educação Brasileira. Campinas: 18 a 21 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Grandeza da pátria e riqueza do estado. Expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 19, n. 41, set./dez. 2010. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2238-20972010000300009&lng=es&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2238-20972010000300009&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 20 out. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O Legado Educacional do Século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2014a.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século xx no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014b.

SILVA, Raquel Afonso da. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 12., 2011, Curitiba. Curitiba: UFPR, 2011. **Monteiro Lobato e a escola nas décadas de 1930 e 40**. Disponível em: <https://abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0850-1.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Direito à Educação**: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Editora da Unicamp, 1998a.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos da civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998b.

SOUZA, Rosa Fátima. Os grupos escolares e a história do ensino primário na Primeira República. **Revista de Educação Pública**, UFMT, v. 17, n. 34, p. 273-284, maio-ago. 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria**: História da Escola Graduada no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado das Letras, 2009.